

**Cenários e perspectivas da reforma partidária (1979-1982):
o caso do município de Pelotas (RS)**

Alvaro Barreto*
Adriani Ferreira de Araújo**
Cristina Altmann***

Resumo: O trabalho busca analisar o processo de organização dos partidos políticos no município de Pelotas, então segundo maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul, no período 1979-1982. O recorte temporal é delimitado pela reforma política que extinguiu a Arena e o MDB e obrigou à formação de novas legendas, e pelo primeiro teste eleitoral do pluripartidarismo. A ênfase é dada às opções de filiação realizadas pela elite política, em especial os detentores de cargos eletivos (Prefeito, vice-prefeito, vereadores e deputados que tem o município como base). Ao invés de simplesmente identificar as escolhas feitas por essas personagens e verificar como se deu a passagem do bi para o pluripartidarismo, a abordagem procura problematizar tal processo, perceber as diferentes conjunturas formadas naquele período, bem como as ambigüidades surgidas em um cenário de indefinição quanto aos rumos da transição brasileira e ao papel a ser cumprido pela instituição partidária, as quais reverteram em acirramento da disputa política. O trabalho serve-se de três fontes básicas de pesquisa (imprensa, depoimento das personagens e pronunciamentos legislativos) e de um diálogo com a historiografia e o pensamento social sobre a redemocratização.

Palavras-chave: Partidos políticos; reforma partidária; Pelotas

O trabalho tem como tema principal a reforma partidária de 1979, que extinguiu o sistema bipartidário existente até então (Arena e MDB) e permitiu o retorno ao pluripartidarismo. O foco está na análise de como esse processo transcorreu no município de Pelotas (RS). A ênfase é dada às opções de filiação realizadas pela elite política, em especial os detentores de cargos eletivos (Prefeito, vice-prefeito, vereadores e deputados que têm o município como base). A pesquisa empírica foi realizada em três fontes principais: a imprensa local (jornais “Diário Popular” e “Diário da Manhã”); pronunciamentos legislativos, presentes nos Anais da Câmara de Vereadores; e depoimentos das principais personagens, cujas entrevistas foram realizadas a partir de 2006, procedimento ainda em andamento.

* Professor do Instituto de Sociologia e Política / UFPel; Doutor em História (PUCRS);
e-mail: albarret.sul@terra.com.br

** Graduada em Ciências Sociais – ISP/UFPel

*** Bolsista PIBIC/CNPq. Acadêmica de Ciências Sociais – ISP/UFPel

A historiografia não costuma dar grande atenção à reforma partidária, ao considerá-la como uma manobra do regime militar com vistas a: dividir a oposição, superar o caráter plebiscitário assumido pelo bipartidarismo após 1974, manter sob controle o processo de distensão lenta e gradual. Teria havido, simplesmente, a passagem dos adeptos da Arena ao PDS, o novo partido de apoio ao regime, enquanto os opositoristas do MDB optaram em sua maioria pelo PMDB, embora alguns tenham ido para o PDT de Leonel Brizola, o PP de Tancredo Neves e o PTB de Ivete Vargas. A única novidade seria o surgimento do PT, uma legenda sem correspondência àquelas existentes até então.

Não se pretende negar esta interpretação, haja vista que ela corresponde, de fato, aos aspectos principais da questão. Em Pelotas, por exemplo, até 1982, organizaram-se cinco dos seis partidos surgidos nacionalmente (apenas o PTB não conseguiu se articular, muito em função da força relativa do PDT), todos os vereadores da Arena filiaram-se ao PDS, oito do MDB foram para o PMDB e três para PDT e PP, e o PT articulou-se fora da instância parlamentar.

Contudo, busca-se superar a “naturalidade” e a quase inevitabilidade com que a reforma partidária teria transcorrido, como insinua grande parte da interpretação historiográfica. Para isso, considera-se que a extinção dos partidos existentes e a formação de novos significam a ruptura de uma realidade e o início a um processo que era, principalmente para os atores diretamente envolvidos na questão, a princípio, indeterminado, embora dotado de tendências bastante prováveis.

Logo, a intenção é sincronizar-se ao tempo desses atores e verificar como eles fizeram as suas escolhas a partir de incertezas quanto a validade das opções e as conseqüências que elas trariam, ainda mais em um contexto do fim do regime militar e da redemocratização. Ao mesmo tempo, pretende-se desenvolver a sensibilidade quanto as conjunturas que se formaram durante o curto período transcorrido entre a reforma partidária e a realização do primeiro teste nas urnas das novas legendas, ou seja, entre dezembro de 1979 e novembro de 1982. Apenas para mostrar como não se tratou de um período cujo resultado era previamente definido, citam-se algumas dessas conjunturas: o conflito em torno da posse da legenda PTB, o cancelamento das eleições municipais de 1980 e a nova configuração do pleito de 1982 (nacional, estadual e municipal), a incorporação do PP pelo PMDB e o advento do “Pacote de Novembro”, em 1981.

No caso de Pelotas, embora os marcos temporais básicos, as determinações legais que criaram as situações e condicionaram os comportamentos dos atores, além das próprias opções partidárias tenham surgido em escala nacional, há algumas peculiaridades que

tornavam o período ainda mais delicado e o diferenciavam do cenário nacional. A escolha de um estudo de caso se justifica porque o processo não foi mero reflexo, apresentou características próprias, as quais fizeram dele autônomo em vários aspectos e irredutível a outras realidades e explicações.

Dentre as peculiaridades, a mais importante é a configuração do cenário político local, quando do advento da reforma: ao contrário do país e do estado, Pelotas, então maior colégio eleitoral do Rio Grande do Sul em que havia eleição direta para Prefeito¹, era governada pelo MDB (Irajá Rodrigues), o qual tinha maioria mínima na Câmara de Vereadores (11 cadeiras contra 10 da Arena). Como o Prefeito e o Vice definiram-se rapidamente pelo PMDB, o que não deu margem à perspectiva de mudanças no Executivo, as atenções se voltaram para os vereadores, pois, conforme as opções deles, haveria mudança na correlação de forças no legislativo.

Deve-se ponderar que essa escolha era particularmente delicada para os vereadores, não apenas pelo significado político imediato. É preciso considerar que o cálculo devia incluir algumas condicionantes: dentro de aproximadamente dez meses ocorreria eleição no município, logo a manutenção do mandato ou a ambição de concorrer a Prefeito estaria em cheque, e a perspectiva eleitoral dependia em muito da capacidade de organização e estruturação da nova escolha partidária.²

Esta foi uma das principais razões porque, no primeiro ciclo de filiações, as indecisões tenham ocorrido no campo da Arena, situação em nível nacional e oposição em nível local, e não no do MDB, de tal modo que o diretório municipal da Arena divulgou comunicado para que os filiados não se dispersassem.

Enquanto seis vereadores optaram imediatamente pelo PDS, outros quatro manifestaram dúvidas. Estas poderiam ter origem em divisões internas na bancada municipal, algumas oriundas das filiações de antes do advento do bipartidarismo, outras surgidas durante o período 1966-1979, as quais ganharam corpo com a extinção da Arena. Também poderiam refletir o desconhecimento quanto aos rumos políticos do país, em um período de instabilidade como aquele – o deputado federal Carlos Chiarelli, influente na Arena local, por exemplo, também não aderiu imediatamente, cogitou ir para o PP e só se definiu pelo PDS ao final de janeiro de 1980. Não se deve excluir a possibilidade de que, ao permanecerem sem

¹ - Porto Alegre era o maior colégio eleitoral, mas não elegia o Prefeito de modo direto.

² - A referência é o pleito de novembro de 1980. Não se pode esquecer que, ao final de 1979, era este o calendário e nenhum ator sabia, com certeza, embora alguns pudessem desconfiar disso, que a eleição seria cancelada e os mandatos prorrogados por dois anos.

filiação, tais vereadores procurassem maior destaque político e mais valorização, principalmente quando tal decisão poderia ser estratégica para as forças políticas municipais.

Nesse clima, o PP tentou atrair políticos da Arena. Líderes como Cirne Lima e João Dêntice vieram a Pelotas para apresentar o programa da legenda e manter contato com políticos, como o vereador Tufy Salomão e o ex-candidato a prefeito Fuad Selaimen. Contudo, esses primeiros contatos não deram resultado e, após a indefinição inicial, ao término do mês de março de 1980, todos os vereadores da Arena estavam no PDS.

As escolhas dos políticos que compunham o bloco do MDB, oposição em nível nacional e situação em nível local, foram tomadas imediatamente: além do Prefeito Irajá Rodrigues, do Vice Arion Louzada e do Deputado Estadual Lélcio Souza, sete dos 11 vereadores optaram pelo PMDB, enquanto outros três fundaram o PTB, ao lado do deputado federal Getúlio Dias. Tal divisão refletia diferenças oriundas do período 1946-65, quando políticos do PTB, do PL e do PSD uniram-se no MDB, mas também apontava para projetos distintos para o futuro do país (e do município) no campo da oposição ao regime. Desse modo, a perspectiva da manutenção da bancada do MDB no PMDB nunca existiu no município.

Quando Leonel Brizola perdeu a sigla para Ivete Vargas, o PTB pelotense seguiu o líder nacional e fundou o PDT. Lideranças petebistas nacionais, inclusive a própria Ivete, chegaram a visitar o município e manter contatos com vereadores do campo oposicionista nacional, com vistas a reorganizar a sigla, mas não obtiveram sucesso.³

Por conseguinte, no primeiro semestre de 1980, três partidos estavam organizados na Câmara: PMDB, PDS e PDT. E a maioria legislativa nominal havia passado do primeiro para o segundo. As tentativas do PP junto a políticos de origem arenistas e do PTB junto aos emedebistas não frutificaram e as duas legendas não conseguiram representação formal.

O caso do PT em Pelotas é mais inusitado. O vereador João Carlos Gastal Júnior pretendeu formar bancada, mas acabou por perder o cargo, em função de uma manobra política do Prefeito, a qual pretendeu evitar o surgimento de mais um partido na Câmara e, ao mesmo tempo, ampliar o espaço do partido dele, que passou, então, a ter oito cadeiras. Como Gastal Júnior era o terceiro suplente do MDB e ocupava a vaga em função da indicação de vereadores para o secretariado, Irajá substituiu um desses, em fevereiro de 1980 – portanto, antes do início das atividades ordinárias do legislativo, previstas para 15 de março. Isso significou, automaticamente, a saída de Gastal Júnior. Como o perfil dos demais vereadores

³ - O PTB disputou as eleições municipais apenas em 1988, ainda com uma organização incipiente: apresentou dois candidatos a vereador (que somaram juntos menos de 100 votos) e concorreu coligado a PDS-PFL e PL.

não era convergente com o do partido, não havia a perspectiva de outras filiações e o PT perdeu a bancada antes mesmo de formá-la oficialmente.

Sem espaço no legislativo, a formação do partido tornou-se mais demorada e exigiu maior capacidade de articulação dos interessados, formados basicamente por sindicalistas não vinculados ao partido comunista (que continuou alojado no PMDB) e por estudantes universitários. O PT era, nessa época, portanto, a única legenda, em Pelotas, a se estruturar fora do parlamento. A Comissão Provisória foi formada em setembro de 1980, a primeira Convenção Municipal ocorreu em junho de 1981 e o partido concorreu no pleito de 1982.

Assim, o cenário estava montado para a eventual realização de eleições em novembro de 1980. Fala-se em eventual porque, a medida em que os meses avançavam, tornava-se mais evidente que o pleito seria cancelado e os mandatos prorrogados até o início de 1983, o que foi sacramentado em setembro daquele ano. Ao invés de apaziguar o panorama político pelotense, a perspectiva da realização de eleições em novembro de 1982 tornou mais incerto o horizonte e ampliou a importância da preparação das legendas para o enfrentamento das urnas.

Uma questão tornou-se vital: a coincidência da disputa municipal com a estadual e a nacional anunciava que Pelotas teria um novo prefeito em 1982, pois Irajá Rodrigues e o Vice Arion Louzada não queriam interromper a carreira política, logo disputariam o cargo de deputado e, conforme a legislação, deveriam renunciar ao mandato. Nesse caso, o novo prefeito, que exerceria o mandato por aproximadamente dez meses, seria o Presidente da Câmara de Vereadores. E como o PMDB não tinha mais a maioria absoluta no legislativo, havia a perspectiva de que um acordo entre PDS e PDT provocasse a mudança do comando partidário do Executivo. O momento decisivo desse processo seria a eleição para a Mesa Diretora de 1981, cujo choque de interesses envolvia a configuração das legendas.

Um segundo ciclo de filiações se iniciou, portanto, a partir de fevereiro de 1981. O movimento inicial foi a eleição para a Mesa Diretora que assumiria em março, quando PMDB e PDT não chegaram a um acordo e ambos mantiveram a intenção de indicar candidato à presidência – o PMDB por ter a Prefeitura, o PDT sob a alegação da existência de um acordo anterior pelo qual o cargo caberia a ele. Essa desavença redundou em uma aliança entre PDS e PDT, que deu a presidência ao PDS e excluiu o PMDB da Mesa.

A reação do governo municipal procurou reforçar a bancada de apoio na Câmara, o que foi conseguido com o oferecimento de uma secretaria a um vereador do PDT (Mário Antônio Holvorcen) e a ocupação dessa vaga por um suplente do PMDB. Como consequência

da crise que se instalou entre Mário Antônio e o PDT, ele decidiu passar para o PMDB, em março de 1981.

Dois meses depois, houve novas trocas: o PP tornou-se o quarto partido com representação na Câmara, a partir da filiação de um ex-pedetista e um ex-pemedebista. Desse modo, o PDT ficou reduzido a uma cadeira e o PMDB a oito. A organização do PP ganhou fôlego a partir da filiação de uma importante referência política estadual, o ex-Governador Synval Guazzelli, ocorrida em outubro de 1980. Com isso, o partido tornou-se uma opção viável para vereadores insatisfeitos com as legendas em que se encontravam.

O PP durou pouco em Pelotas, pois, a partir de novembro de 1981, com o lançamento do “Pacote de Novembro” pelo Governo Federal, tido como casuístico e prejudicial às oposições, começou o movimento pela incorporação dele ao PMDB, a qual foi oficializada em fevereiro de 1982, em escala nacional. Os dois vereadores do partido, assim como o Diretório Municipal, eram contrários à medida, porém acataram a decisão e, com isso, ajudaram a recompor, mesmo que a contragosto, a bancada do PMDB local, que passou a ser do mesmo tamanho que a do PDS (10 cadeiras).

Devem-se destacar algumas características dessa segunda onda de filiações. Ao contrário da anterior, que se consolidou a partir da extinção da Arena e do MDB, esta pode ser considerada reflexo da recém inaugurada dinâmica de funcionamento do pluripartidarismo, produto da nova correlação de forças na Câmara e do impacto que ela trazia para o governo municipal, bem como para a futura eleição de 1982. Ou seja, já foi produto da reforma partidária e, em certo sentido, deu continuidade a ela.

Por outro lado, esta segunda onda não atingiu os vereadores da antiga Arena, e sim se deu no âmbito do antigo MDB. Isso pode indicar que, se no período inicial da reforma em Pelotas, a situação do governo nacional e a peculiaridade de o MDB ser governo no município haviam causado dúvidas no âmbito da oposição local (Arena), agora as mudanças se davam no campo da oposição nacional (que era tanto governo quanto oposição em Pelotas, ou seja, PMDB e PDT). Esta se dividia e buscava caminhos diversos, exatamente o que pretendia o governo militar ao instituir a reforma partidária.

Aponta-se para o fato de que, diversamente do que ocorreu no plano nacional, o PP demorou a se formar na cidade e, quando isso ocorreu, reuniu apenas vereadores da oposição (logo não contou com detentores de mandato da ex-Arena), os quais passaram, na totalidade, para o PMDB depois de a incorporação ser definida.

O mais surpreendente, porém, ocorreu na definição de qual partido e quem nessa legenda seria o novo Prefeito, a partir do início de 1982. O acordo firmado manteve o PMDB

no poder, após a renúncia de Irajá e Louzada, porém ele não se deu entre PMDB e PDT, como se poderia imaginar, pois o acirramento da concorrência, em escala local, no campo da oposição nacional tornou inviável a acomodação de vontades. O pacto se deu entre PMDB e PDS, os dois principais rivais tanto no país quanto em Pelotas, a partir de uma confluência de interesses.

A sutileza da sucessão municipal era que o novo Presidente da Câmara seria o titular da Prefeitura, em razão da renúncia do Prefeito e do Vice, eleitos em 1976, o que implicava que ele tornar-se-ia inelegível em novembro e ficaria sem mandato a partir de 1983. O PMDB queria manter o Executivo e tinha um quadro disposto a este sacrifício (Pedro Machado Filho, político com longa carreira parlamentar, que aceitava aposentar-se em nome de chegar ao posto de Chefe do Executivo). O PDS, que poderia fazer acordo com o PDT e ficar com o comando da Câmara e, algum tempo depois, o da Prefeitura, por sua vez, não tinha vereadores dispostos a ficar sem mandato: todos queriam concorrer em novembro, razão pela qual nenhum admitia tornar-se Presidente da Câmara.

O acordo satisfez aos dois: a presidência seria do PMDB e a vice-presidência do PDS. Em outros termos: quando da troca na Prefeitura, o PMDB manteria o cargo de Prefeito e o PDS assumiria, automaticamente, a Presidência da Câmara. Satisfeitas as duas partes, elas estariam livres para disputar ferrenhamente as eleições de novembro.

Finalmente, pode-se dizer que, em fevereiro de 1982, o novo quadro partidário pelotense estava definido e a reforma, iniciada em 1979, concluída. Alterações na correlação de forças ocorreriam, agora, pela vontade popular, nas eleições de novembro de 1982, as quais consagraram o PMDB, ao mantê-lo na Prefeitura⁴, na condição de maior bancada (10 cadeiras) e fazer duas cadeiras de deputado federal (o ex-Prefeito Irajá Rodrigues e Lélío Souza). O PDS fez nove cadeiras e permaneceu como principal força de oposição, enquanto o PDT garantiu duas vagas. O PT, quarto partido a estar organizado no município e a disputar o pleito, não elegeu nenhum vereador e, assim como ocorrera entre 1979 e 1982, ficou sem representação formal.

Tabela 1 – Bancada dos partidos na Câmara de Vereadores de Pelotas, entre dezembro de 1979 e as eleições de novembro de 1982

Part.	Dez. 1979	Mar. 1980	Mai 1980	Set. 1980 ⁽¹⁾	Set. 1980	Mar. 1981	Mai 1981	Fev. 1982	Eleiç. 1982
PDS	6	10	9	8	10	10	10	10	9
PMDB	7	8	8	8	8	9	8	10	10
PDT⁽²⁾	3	3	3	4/3	3	2	1	1	2
PP	-	-	-	-	-	-	2	-	-

⁴ - O eleito foi Bernardo de Souza.

PT	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Indec.	4	-	1	1/2	-	-	-	-	-
Total	21	21	21	21	21	21	21	21	21

(1) Considerando-se a licença de Rubens Bachini (PDS), substituído até o dia 20, por Astílio Antunes, que estava no PDT ou indeciso

(2) Utiliza-se a denominação PDT para indicar o período como um todo, embora os vereadores tenham optado, inicialmente, pelo PTB (até maio de 1980)

Referências

1. Fontes documentais

BRASIL. SENADO FEDERAL. *500 Anos de legislação brasileira*. 2ed. Brasília, 2003. 3 CD-ROM
CÂMARA DE VEREADORES DE PELOTAS. *Anais*. v. 175-176. Sessões (17 dez. 1979-27 fev. 1980).

DIÁRIO DA MANHÃ. Pelotas, 01 nov. 1979-30 nov. 1982.

DIÁRIO POPULAR. Pelotas, 30 nov. 1977; 01 nov. 1979-30 nov. 1982.

INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Cartório Eleitoral de Pelotas / TRE-RS – Caixa Registro (Resultado eleições de 1976).

2. Livros, artigos e trabalhos acadêmicos

ECHEVERRY, José Vieira. O Poder Legislativo pelotense. *Cadernos de Pelotas*. Pelotas (2), 1990.

LIMA, Vanessa Moreira de. *A Dança das cadeiras: a migração partidária na Câmara de Vereadores de Pelotas nas legislaturas 1983-2004*. 2005, 97f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.